Colunas em destaque

- <u>Direito & Sociedade</u>
- Jurisprudência
- Legislativo em Foco
- Panorama Internacional
- Panorama Nacional
- Mulheres em Movimento
- Agenda Cultural
- Aconteceu

Apresentação

A 53 ª Edição do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto a todas(os) que queiram colaborar.

Editorial

CULTURA DO ESTUPRO E A ESCOLHA DE CADA DIA

Muito se tem falado esses dias sobre a existência de uma cultura do estupro em nosso país e como práticas naturalizadas no cotidiano contribuem, talvez pouco na realização desses crimes, mas muito na falta de crítica sobre ele.

Incialmente vale informar que cultura do estupro é um termo importado das feministas americanas da década de 70, "rape culture", usada para problematizar uma conduta comum das pessoas em relativizarem uma violência sexual, usando para isso muitas vezes a desqualificação da vítima.

Mas um termo forjado na realidade datada dos anos 70s é aplicável aos dias de hoje? Há, de fato, em nosso país, uma cultura do estupro?

A cultura do estupro anda de mãos dadas com a cultura machista, e é naturalizada pela presença maciça, nas mídias, propaganda, televisão, da ideia de que o corpo da mulher deve ser provido de recato e que serve, no sexo, para satisfazer a lascívia masculina. E da ideia de que esse desejo do homem não pode ser contido por ele, em algumas situações.

Não se pode confundir a afirmação da existência dessa cultura com a culpabilização de todos homens pelos crimes praticados ou a alegação de que se consideram todos os homens estupradores em potencial. Pensar isso é não entender o que quer dizer o feminismo.

Na verdade, há uma responsabilidade de todas as pessoas que contribuem com essa cultura que entende como natural os estereótipos masculinos e femininos e cabe, assim, a todas essas pessoas, todos nós, fazermos escolhas conscientes no nosso dia a dia.

A cada piada repassada, a cada cena de televisão não criticada, a cada dia que se nega discutir com as crianças as questões de gênero, há uma pequena omissão, que garante que essa cultura se fortaleça, causando danos a todos, principalmente às mulheres.

Ana Rita Souza Prata

Defensora Pública

Coordenadora Auxiliar do NUDEM

Assuntos em destaque

Direito & Sociedade______

AUSÊNCIA DE MINISTRAS É UMA TEMERIDADE?

No dia em que <u>Michel Temer assumiu a presidência interina</u>, algumas de suas decisões suscitaram diversos questionamentos. Uma das principais críticas veiculadas na imprensa diz respeito à ausência de mulheres entre os 23 ministros empossados.

Afinal, por que não ter mulher nesses espaços de poder incomoda tanto?

Primeiro, porque os espaços de poder e tomada de decisão política – que afetam toda a sociedade – precisam ser capazes de incluir pessoas com perspectivas e experiências diversas. Estudos mostram que melhores decisões são tomadas quanto maior for a diversidade de entendimentos do grupo que está decidindo.

Assim, um conjunto de indivíduos que têm experiências semelhantes ao longo da vida – por partilhar da mesma condição social, ter a mesma cor, o mesmo sexo ou o mesmo nível de escolaridade – tende a tomar decisões de forma rápida e sem discussões mais profundas, o que *pode* gerar decisões piores.

É importante afirmar que, embora inexista uma relação de causalidade entre a baixa diversidade de um corpo colegiado e decisões ruins, é necessário ter em mente que há mais chances de se alcançar boas decisões quanto mais diversos for o grupo de indivíduos e quanto mais dissenso houver no processo deliberativo.

Leia na Íntegra:clique aqui

ACUSAÇÃO DE SUBTRAÇÃO INTERNACIONAL DE MENORES AGRAVA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA VIVIDA POR MULHERES

A subtração ou sequestro internacional de menor é caracterizado quando o responsável (mãe ou pai) leva a criança ou adolescente para morar em um país diferente de onde vivia, sem autorização do outro genitor ou do Judiciário. Esta situação de conflito conjugal que envolve menores de 16 anos é regulada pela Convenção de Haia, que é subscrita por 93 países e está em vigor no Brasil desde 1999. Embora no país a subtração não seja tipificada como crime, o Estado brasileiro tem obrigação de cumprir o estabelecido na Convenção de Haia e, em muitos casos, devolver a criança para o país onde vivia antes de vir com a mãe para o território nacional.

De acordo com dados da Autoridade Central Administrativa Federal (Acaf), da Secretaria de Direitos Humanos, órgão vinculado ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos*, 90% dos casos abertos em 2015 referemse a brasileiras acusadas de subtração de menores ou em litígios pela regulamentação de visitas. Entre essas mulheres, porém, muitas são vítimas de violência doméstica, conforme afirmam os órgãos responsáveis. Há ainda suspeitas relativas a brasileiras que vivem no exterior em situação de tráfico ou exploração sexual, embora não haja casos registrados dessa forma.

Leia na Íntegra:<u>clique aqui</u>

ESTUDO APONTA QUE 25% DAS GESTAÇÕES SÃO INTERROMPIDAS COM ABORTOS VOLUNTÁRIOS

Uma em cada quatro gestações são interrompidas de forma voluntária a cada ano, segundo aponta um estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Instituto Guttmacher, ONG dedicada ao avanço de controles contraceptivos.

O relatório publicado no períodico científico Lancet diz que 56 milhões de abortos induzidos ocorrem anualmente - uma taxa mais alta do que acreditava-se anteriormente.

Os pesquisadores afirmam que os índices de aborto cresceram em muitos países ricos, mas alertam que isso mascara o quadro ainda inalterado em áreas mais pobres nos últimos 15 anos.

E destacam que a maior taxa do mundo - e acima da média global - foi verificada na América Latina. Segundo os cientistas, o número de abortos no mundo aumentou de 50 milhões por ano entre 1990 e 1994 para 56 milhões entre 2010 e 2014.

O crescimento foi detectado principalmente nos países em desenvolvimento, em parte graças ao aumento da população e o desejo de se ter uma família menor.

Seus cálculos mostram que, enquanto o número de abortos por pessoa se manteve estável nas regiões mais pobres, em áreas mais ricas esse índice caiu de 25 para 14 abortos a cada 1 mil mulheres em idade fértil.

Os pesquisadores apontam ainda terem encontrado taxas de aborto similares entre diferentes países, sem que isso tenha sido afetado pelo fato da prática ser legal ou ilegal.

Leia na Íntegra: clique aqui

Voltar ao menu

Jurisprudência

CNJ PROÍBE DIVÓRCIO CONSENSUAL EM CARTÓRIO PARA MULHERES GRÁVIDAS

Separação ou divórcio consensual em cartório não é possível caso a mulher esteja grávida. Foi o que determinou o Conselho Nacional de Justiça ao alterar a Resolução 35/2007, que trata do procedimento. Até então, a norma apenas estabelecia como requisito para obter o divórcio ou a separação consensual a inexistência de filhos comuns menores ou incapazes.

A alteração na resolução foi aprovada de forma unânime pelos conselheiros do CNJ na 9ª Sessão do Plenário Virtual. E resulta do trabalho da Comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, assim como do julgamento de um procedimento de competência de comissão, de relatoria do conselheiro Carlos Eduardo Dias.

O procedimento tratava da hipótese em que a mulher está grávida e deseja optar pela separação ou divórcio consensual. Para Dias, permitir o procedimento nos cartórios, nesses casos, poderia gerar risco de prejuízo ao nascituro, que pode ter seus direitos violados — como no caso, por exemplo, da partilha de um bem comum com outro filho capaz.

Leia na Íntegra: clique aqui

CNMP DEMITE PROCURADOR DA REPÚBLICA QUE BATIA NA MULHER

O procurador da República Douglas Ivanowski Kirchner foi demitido pelo Conselho Nacional do Ministério Público devido a casos de violência contra sua mulher. Além de mantê-la em cárcere privado e de bater nela, Kirchner assistiu sua companheira ser agredida pela pastora da igreja que frequentavam.

A penalidade foi decidida, por maioria, pelo Plenário da entidade. Consta no Processo Administrativo Disciplinar 1.00162/2015-03 que a pastora Eunice teria dado uma surra de cipó na mulher do procurador, que presenciou o ato sem tomar nenhuma atitude. Em outras ocasiões, ele teria batido em sua cônjuge com um cinto e lhe dado tapas. Além disso, a vítima era frequentemente privada de comida e de itens básicos de higiene pessoal.

A condenação do procurador abrangeu incontinência pública e escandalosa. Os atos, segundo o CNMP, poderiam comprometer gravemente a dignidade do Ministério Público da União. A decisão foi tomada nessa terça-feira (5/4), durante a 1ª Sessão Extraordinária do CNMP em 2016.

Douglas Kirchner foi demitido por bater em sua mulher e ter assistido ela ser agredida pela pastora da igreja que frequentavam, além de mantê-la em cárcere privado.

Leia na Íntegra: clique aqui

MULHER É CONDENADA POR DIVULGAR FOTOS ÍNTIMAS DO EX NO WHATSAPP

Uma estudante de 21 anos, que prefere não ser identificada foi condenada a pagar R\$ 6 mil ao ex-namorado após, segundo a Justiça, ter divulgado fotos íntimas dele em um grupo de WhatsApp.

A decisão foi divulgada no site do Tribunal de Justiça nesta quarta-feira (30). A defesa da estudante garante que pretende recorrer da decisão e diz ainda que o requerente, Samuel Miranda, está foragido da Justiça.

O advogado de defesa da estudante, William Mantovani, disse que existe um outro processo, na 5º Vara Cível, com o mesmo teor, onde a jovem alega que as fotos foram publicadas pelo próprio ex-namorado após ela ter sido agredida e ter o telefone subtraído por Miranda.

A advogada de Miranda, que ganhou a ação, Helane Cristina, foi procurada e informou ao **G1** que o cliente dela estava viajando para o interior do Acre e tentaria contato com ele.

"Na verdade, esse fato ocorreu em 2013 e entramos com uma ação contra o ex-namorado dela em janeiro de 2014. Bem depois de nossa ação, ele entrou com essa no 2º Juizado, onde o processo ocorre de forma mais rápida e por isso a sentença saiu primeiro. Fomos avisados em cima da hora dessa audiência e a ela não pôde comparecer à audiência e nem apresentou defesa escrita", explica o advogado.

Leia na Íntegra: clique aqui

IGUALDADE DE DIREITOS É MARCA DAS DECISÕES DO STJ NA QUESTÃO HOMOAFETIVA

O entendimento é da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas resume bem o posicionamento de toda a corte no julgamento de questões envolvendo relações homoafetivas e homossexualidade. Homofobia, partilha de bens, adoção, previdência privada, entre outros assuntos, são discussões frequentes na pauta do STJ.

Na data em que se comemora o Dia Internacional de Combate à Homofobia (17/5), o STJ abre a sua jurisprudência para mostrar o posicionamento do Tribunal da Cidadania a respeito do tema.

Em 10 de fevereiro de 1998, mais de dez anos antes da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que reconheceu a união estável para casais do mesmo sexo, a Quarta Turma do STJ decidiu, em um caso de partilha de bens de um casal homossexual, após a morte de um dos parceiros, que o sobrevivente teria direito de receber metade do patrimônio obtido pelo esforço mútuo.

O relator do recurso (REsp 148.897) foi o ministro Ruy Rosado, já aposentado. Em seu voto, ele reconheceu que o legislador não observou os efeitos jurídicos decorrentes de relações homoafetivas, mas que essa realidade não poderia ser ignorada pelos juízes.

"O Direito não regula os sentimentos. Contudo, dispõe ele sobre os efeitos que a conduta determinada por esse afeto pode representar como fonte de direitos e deveres", disse o ministro.

Leia na Íntegra:clique aqui

Voltar ao menu

Legislativo em Foco

DEPUTADOS DE DEZ PARTIDOS QUEREM VETAR NOME SOCIAL DE TRAVESTIS NO SERVIÇO PÚBLICO

Menos de um mês após ser decretado pela presidente afastada Dilma Rousseff (PT), o uso do nome social de travestis e transexuais nos órgãos da administração pública direta e indireta é questionado por parlamentares.

Na quarta-feira, 18, 29 deputados de dez partidos: DEM, PRB, PR, PSC, PSDB, PHS, PTN, PSB, PV e PROS protocolaram um Pedido de Decreto Legislativo (PDC) para sustar o ato de Dilma que reconhece os nomes sociais de transexuais e travestis no serviço público. O pedido está na mesa do presidente interino da Câmara, Waldir Maranhão (PP-MA), que tem vai decidir para quais comissões encaminhar a proposta antes de ela ser apreciada em plenário.

Leia na Íntegra: clique aqui

LEI QUE PERMITE ACOMPANHAMENTO DE DOULAS NAS MATERNIDADES DO RIO É APROVADA

O Projeto de Lei 2.195/13, que permite o acesso de doulas em maternidades, casas de parto e hospitais das redes pública e privada de saúde do estado do Rio foi aprovado ontem (17) pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) em discussão única. As doulas são profissionais que dão suporte físico e emocional à mulher antes, durante e após o nascimento da criança.

O <u>acesso estava proibido</u> por uma resolução do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), sendo o Rio de Janeiro o único estado com essa norma. Com o projeto em tramitação, ativistas do parto humanizado reuniram-se com deputados para explicar a importância do projeto e pressionaram para a aprovação, inclusive com sugestões para aprimorar o texto.

Pelo projeto de lei, as maternidades e hospitais serão obrigados a permitir a presença das profissionais durante todo o trabalho de parto, sempre que solicitadas pela gestante, e poderão levar seus instrumentos de trabalho, como massageadores e bolas de fisioterapia.

O texto segue para o governador em exercício, Francisco Dornelles, que tem 15 dias úteis para sancionar ou vetar. Depois, a lei precisa de decreto para ser regulamentada.

Leia na Íntegra: <u>clique aqui</u>

MOURA E CUNHA ASSINAM PROJETO PARA CRIMINALIZAR QUEM INDUZIR GESTANTE A PRATICAR ABORTO

BRASÍLIA — O líder do governo na Câmara, André Moura (PSC-SE), é um dos expoentes da bancada religiosa no Congresso e tem atuação polêmica em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), especialmente a que investigou a Petrobras. Moura assina junto com o presidente afastado da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), um projeto que criminaliza quem "induzir ou instigar a gestante" a praticar o aborto ou lhe auxiliar a fazer. O projeto sofreu alterações na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e passou ainda a dificultar o aborto em caso de estupro. Moura não participou dessa votação, mas o partido que lidera, PSC, encaminhou de forma favorável. A proposta aguarda ainda votação em plenário. O GLOBO errou ao informar, num primeiro momento, que Moura e Cunha participaram de todo o projeto. O original deles tratava apenas da criminalização da indução ao aborto. Foi na CCJ que fizeram uma emenda tratando dos casos de estupro.

Além do polêmico projeto sobre o aborto, Moura fez pressão pública em 2014 e levou o governo Dilma Rousseff a recuar de portaria do Ministério da Saúde que aumentava os valores pagos por abortos legais no Sistema Único de Saúde (SUS).

Leia na Íntegra: clique aqui

Voltar ao menu

Panorama Internacional

EX-MINISTRA DA FRANÇA LANÇAM MANIFESTO CONTRA ASSÉDIO SEXUAL

Neste domingo (15), 17 ex-ministras francesas, entre elas a atual diretora do FMI (Fundo Monetário Internacional), Christine Lagarde, publicaram um manifesto contra o assédio sexual na política.

"Acabou a impunidade. Nós não nos silenciaremos mais", escrevem, em texto publicado no semanário "Le Journal de Dimanche". "Como todas as mulheres que ascenderam a espaços antes exclusivamente masculinos, nós tivemos que sofrer e lutar contra o sexismo".

As autoras afirmam que o problema não é exclusivo ao universo do governo, mas que "o mundo político tem o dever de servir de exemplo" e que isso concerne a todos os partidos e níveis de poder.

Ex-ministras de governos de esquerda e de direita assinam o manifesto, como a comunista Michelle Demessine, a ex-ministra de Orçamento de Nicolas Sarkozy Valérie Pécresse, a socialista Elisabeth Guigou e a ecologista Dominique Voynet.

"Denunciamos sistematicamente todos os comentários sexistas, os gestos fora do lugar, os comportamentos inapropriados", afirmam. "Incentivamos todas as vítimas de assédio sexual a falarem e a denunciar os atos perante a Justiça."

No início do mês, o parlamentar Denis Baupin <u>renunciou à vice-presidência</u>da Assembleia Nacional da França após pelo menos quatro mulheres o acusarem de assédio sexual. O escândalo rompeu o silêncio em relação ao comportamento machista de muitos políticos do país.

Leia na Íntegra: clique aqui

A DOR DE URINAR, MENSTRUAR E DAR À LUZ APÓS MUTILAÇÃO GENITAL

Muitos se perguntam como é viver com esse tipo de mutilação, passando por situações como urinar, menstruar ou ter um filho.

"A primeira vez que você nota que seu físico mudou é quando você faz xixi", diz a somali Hibo Wardere, de 46 anos.

Hibo tinha apenas seis anos quando foi submetida ao que a OMS (Organização Mundial da Saúde) classifica como mutilação "tipo 3".

Nesse tipo de procedimento, os lábios vaginais são cortados e costurados, sendo reduzidos a apenas um buraco minúsculo que Hibo compara ao tamanho de um palito de fósforo. O clitóris também é removido.

Ela cresceu na Somália, onde 98% das mulheres entre 15 e 49 anos foram submetidas à mutilação genital.

"Uma ferida aberta na qual esfregaram sal ou pimenta – era isso que parecia", é como Hibo descreve a sensação ao urinar.

"Então você percebe que a urina não está saindo da forma como costumava sair. Sai em gotinhas e cada gota é pior do que a anterior. Todo o processo dura quatro ou cinco minutos, mas a dor é horrível."

Leia na Íntegra: clique aqui

Panorama Nacional

APLICATIVO DENUNCIA MÚSICAS QUE FAZEM APOLOGIA À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A tecnologia permitiu mais um aliado no combate à violência contra a mulher. Música é, na maioria da vezes, algo positivo e faz parte da vida da maioria das pessoas, no entanto, algumas letras estão repletas de mensagens violentas, inclusive contra a mulher, mas agora o aplicativo Shazam permite denunciar esse tipo de música.

A ação foi batizada de "Música de Violência". Uma criteriosa curadoria realizou a seleção de músicas que sugerem, ilustram ou cometem violência contra a mulher. Agora quando alguém identificar uma dessas músicas, um banner surgirá com o dizer: "Essa música contém violência contra a mulher".

Leia na Íntegra: clique aqui

BEBÊ TEM BRAÇO FRATURADO NO PARTO NO DF, E PAI DEUNCIA 'VIOLÊNCIA MÉDICA'

Parece que trabalham de má vontade. Eu assisti o parto, foi horrível. Vi criança nascendo fora de hora lá, com afundamento de crânio, rostinho machucado, mães gritando de dor, médicos dizendo 'na hora de fazer você não estava gritando'. Quando eu assisti o parto da minha esposa, achei que ia perder ela"

A Secretaria de Saúde do <u>Distrito Federal</u> investiga as circunstâncias que levaram à fratura do braço direito de um bebê durante o parto. O pai, o pintor Cleginaldo de Sousa, afirma que a mulher esperou além do necessário para a realização do procedimento e que o médico forçou a passagem da criança. O incidente aconteceu em 30 de abril no Hospital Regional de Planaltina. A família quer entrar na Justiça. De acordo com o pai, todo o atendimento antes do parto foi ruim. A família chegou à unidade de saúde por volta de 19h do dia anterior, depois de a grávida reclamar de dores. O médico que a examinou afirmou que ela apresentava leve infecção, mas que ainda não estava em trabalho de parto.

O casal voltou para casa, com a filha mais velha, de 16 anos. Ainda na garagem, a adolescente notou que a bolsa da mãe havia estourado. "A gente só entrou no carro de novo e foi embora.

Leia na Íntegra: clique aqui

SEM MINISTRAS, BRASIL PERDE 22 POSIÇÕES EM RANKING DE IGUALDADE DE GÊNERO

A ausência de mulheres no comando de ministérios do governo do presidente interino Michel Temer pode levar o Brasil a despencar 22 posições no ranking de igualdade de gênero do Fórum Econômico Mundial. O ranking, conhecido como Índice

Global de Desigualdade de Gênero, é publicado anualmente - a próxima edição deve ser divulgada no segundo semestre deste ano. A pedido da BBC Brasil, a organização calculou o impacto imediato de um gabinete composto somente por homens na posição do Brasil na lista e constatou que este cairia da 85ª posição para a 107ª no cômputo geral. Se todos os outros parâmetros se mantivessem estáveis, "somente a mudança no gabinete faria a posição do Brasil despencar de 85 para 107 dentre os 145 países e no nosso sub-índice de Empoderamento Político de 89 para 139" afirmou Saadia Zahidi, chefe para Iniciativas de Gênero e Emprego do Fórum.

Leia na Íntegra: clique aqui

Voltar ao menu

Mulheres em Movimento

LAVAGEM DA ESCADARIA DO BIXIGA E DA RUA 13 DE MAIO É REALIZADA PELO GRUPO ILÚ OBPA DE MIN NO DIA DA ABOLIÇÃO

Na sexta-feira, dia 13 de Maio, o grupo Ilú Obá de Min realizou a lavagem da Escadaria do Bixiga e da Rua 13 de Maio, em um tradicional ato simbólico de protesto desta data, que consideram como a falsa Abolição da Escravatura. A lavagem fez parte do evento 13 na Treze, organizado pela associação Novolhar, que contou também com a bateria mirim e baianas da escola de samba Vai-Vai e apresentação do Grupo Madeira de Lei.

O bloco afro Ilú Obá de Min iniciou seu ritual com um discurso sobre a situação do negro no Brasil, último país a abolir a escravidão na América, e também fez severas críticas ao novo governo de Michel Temer, que assumiu a Presidência da República como interino na mesma semana. Eles também reivindicaram a volta dos ministérios da Cultura, das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Após o discurso, as mulheres do Ilú dançaram, encantaram e espalharam água de cheiro pela Escadaria e por toda a Rua 13 de Maio, a mais emblemática do Bixiga. Acompanhadas por ritmistas e seus tambores, o grupo passou por cantinas e pela igreja de Nossa Senhora Achiropita, representando bem as características afro-italianas no bairro.

Leia na Íntegra: clique aqui

MÃES DE MAIO: A REAÇÃO CONTRA A VIOLÊNCIA DO ESTADO

Há exatos dez anos, entre os dias 12 e 20 de maio de 2006, pelo menos 564 pessoas foram mortas no estado de São Paulo, segundo levantamento da Universidade de Harvard, a maioria em situações que indicam a participação de policiais. A maior parte dos casos, apontam pesquisadores, fazia parte de uma ação de vingança dos agentes de segurança do Estado contra os chamados ataques da facção Primeiro Comando da Capital (PCC), que se concentraram nos dois primeiros dias do período.

A chacina daquele ano ficou conhecida como Crimes de Maio, a maior do século 21 e talvez a maior da história do país - para efeito de comparação, em toda a última ditadura civil-militar, que durou 21 anos, 434 pessoas foram mortas pelo Estado. Uma década depois do massacre de 2006, apenas um agente público foi responsabilizado pelas mortes. Condenado, ele responde a recurso em liberdade e continua atuando como policial militar.

O gritante número de assassinatos e o desinteresse da Justiça em punir os responsáveis deu origem ao movimento Mães de Maio, formado principalmente por familiares das vítimas do massacre.

Mais do que justiça para os próprios filhos, as Mães construíram, ao longo dos anos de atuação e luta, um movimento social de combate aos crimes do Estado ocorridos durante o período democrático, e se transformaram em referência para outras famílias preocupadas com a marcha fúnebre que vitima milhares de pessoas todos os anos no Brasil.

Leia na Íntegra: clique aqui

PROJETO MAPEIA PRESENÇA FEMININA NA LITERATURA PERIFÉRICA

"Quantas mulheres temos na literatura marginal?", questionou-se a jornalista Jéssica Balbino após uma reunião com sua orientadora de mestrado, quando decidiu que iria pesquisar a **participação feminina na literatura periférica**, até há poucos anos hegemonizada por homens. "As mulheres sempre estiveram presentes, mas foram apagadas, silenciadas, criticadas com frases como 'as poesias das mulheres são todas iguais, só falam de machismo', entre outras coisas".

O projeto da jornalista, ela também de origem periférica, resultou no <u>Margens, página na internet que mapeia autoras da literatura marginal no país</u>. "Ele nasce da necessidade de registrar, documentar e amplificar essas vozes, que surgem, principalmente, nos saraus espalhados pelo país e, por vezes, nos espaços digitais. O objetivo é reunir as informações sobre o

tema e sobre quem são essas mulheres em um sítio digital. A ideia é trazer áudio, vídeo, texto e performance sobre essa literatura protagonizada pelas mulheres", explica Jéssica.

De maio de 2014, quando o site foi colocado no ar, até hoje, a pesquisa reuniu informações de 425 mulheres, com dados como localidade, saraus que frequentam e publicações próprias ou das quais participaram.

O aumento da participação feminina no cenário, ocorrida nos últimos cinco anos, foi um dos motivos que estimulou a pesquisadora a fazer o mapeamento. "Saíram 2 volumes de antologias pela Frente Nacional de Mulheres do Hip-Hop, com mais de 100 autoras, saiu a coletânea 'Pretextos de Mulheres Negras', com 22 autoras, saiu a 'Louva Deusas', a 'Herdeiras de Aqualtune', enfim, foram várias publicações organizadas por coletivos femininos, com maior presença das mulheres. O que mostra que estamos tendo mudanças no cenário."

Leia na Íntegra: clique aqui

MARCHA DAS LÉSBICAS REIVINDICA FIM DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES EM SP

A 14ª edição da Caminhada das Lésbicas e Bissexuais tem como tema principal a violência contra lésbicas da periferia. A concentração do ato começou hoje (28) às 14h no Largo do Paissandu, no centro da capital paulista, e deve seguir em passeata até o Largo do Arouche, também no centro, onde serão feitas atividades culturais.

"Muitas vezes, as meninas têm que sair de seus bairros para vivenciar a sua vida afetiva aqui no centro, onde é um pouco mais seguro. Acabam não vivendo suas vidas em seus próprios bairros", disse Cíntia Abreu, representante da Marcha Mundial de Mulheres e integrante da organização do evento. Segundo ela, esse problema é invisível aos olhos da sociedade.

Cintia disse que o ato é uma homenagem também à morte de Luana Barbosa dos Reis, em abril deste ano, depois de ter sido espancada pela Polícia Militar, no interior de São Paulo. "Ela foi morta de uma forma extremamente violenta, todas nós poderíamos estar no lugar dela. Ela era uma mulher negra, mãe", disse.

Participaram da marcha movimentos sociais, sindicais, partidários, estudantes, grupos de teatro e de cultura, além de mulheres da periferia. Outro assunto lembrado por Cintia foi o estupro praticado contra lésbicas. "O estupro corretivo é um método que usam contra as lésbicas para fazer virar mulher, para virar hétero. Aqui já tivemos esses fatos e não queremos tanto retrocesso", lamenta.

Leia na Íntegra: <u>clique aqui</u>

Voltar ao menu

Agenda Cultural

22° CINE-DEBATE "QUEM MATOU ELOÁ?"

Para acessar o site e fazer a inscrição: clique aqui

DIFERENTES, NÃO DESIGUAIS - A QUESTÃO DE GÊNERO NAS ESCOLAS



Meninos são melhores em matemática, já as meninas são caprichosas; meninos gostam de futebol, meninas estão mais interessadas em roupa e maquiagem — desde pequenos, aprendemos rapidamente que o mundo é dividido entre o feminino e o masculino e também de que lado devemos estar. Ao longo da infância, passamos por inúmeras situações que supõe uma divisão de gênero, muitas delas vividas e reproduzidas no ambiente escolar. Mas, afinal, o que é gênero? A partir da discussão desse conceito — que nada mais é do que um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino —, os autores deste livro nos convidam a pensar nas implicações que esse

conceito tem na vida cotidiana das crianças, e como os arranjos de gênero podem muitas vezes restringir, excluir e criar desigualdade.

Quando dizemos que certas tarefas são próprias de meninas e outras de meninos, estamos limitando as formas de aprendizagem e inclusive as experiências de vida de estudantes. Muitas vezes, esse tipo de definição atrapalha o entendimento sobre o que é estar no mundo, e isso pode virar um obstáculo no processo de construção de desejos, expressões e formas de sentir. A escola

é, pois, o ambiente adequado para levantar essa discussão e também para, através da educação, ajudar na construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Leia na Íntegra: <u>clique aqui</u>

MULHERES EM CENA: ARTE, GÊNERO E PRODUÇÃO CULTURAL NO BRASIL,M 1900-1950

As sociedades modernas se organizaram, ao longo do século XIX, a partir de dicotomias estruturais que contrapunham o espaço público, tido como masculino, ao espaço doméstico, considerado essencialmente feminino. Assim, o mundo das profissões foi visto como uma prerrogativa masculina, o que também aconteceu com as atividades ligadas à produção artística e cultural, que transcendiam o espaço privado, ao qual as mulheres deveriam estar limitadas. Justamente no século em que se construiu a imagem do artista a partir de mitos como o "gênio" ou o "flâneur," as mulheres foram consideradas seres sem capacidades criativas, participando de tais mundos mais como objetos de representação, ou de devoção, do que como sujeitos de criação. No entanto, contrariando as expectativas sociais, a partir de finais do XIX, é possível se observar uma série de mulheres criadoras que desafiaram as convenções de sua época, e lograram obter reconhecimentos como pintoras, escritoras, arquitetas, musicistas, escultoras, atrizes.

Na aula se abordará a história do acesso à formação artística para mulheres no Brasil, enfatizando as trajetórias e produções das primeiras pintoras e escultoras formadas pela Academia nacional, que, em tempos de República, passou a aceitar suas inscrições (1892). Analisando as obras e trajetórias de Julieta de França, Nicolina Vaz de Assis, Georgina de Albuquerque entre outras, pretende-se discutir o modo com que as mulheres enfrentaram uma tradição da qual, até então, haviam sido excluídas.

Leia na Íntegra: <u>clique aqui</u>

Aconteceu

21° CINE-DEBATE "JUIZADOS.DOC"

Leia na Íntegra: <u>clique aqui</u>

VII PRÊMIO JUSTIÇA PARA TODAS E TODOS JOSEPHINA BACARIÇA

NUDEM, Marcos Antonio Gonçalves e Julio Camargo de Azevedo recebem premiação principal .

Menções Honrosas: Nálida Coelho Monte, Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Jundiaí, Corregedoria-Geral, Unidade Itaquera e Unidade Osasco; entrega do Prêmio realizado pela Ouvidoria da Defensoria para reconhecer práticas de relevância social da instituição acontece dia 9 de maio, na Cia Pessoal do Faroeste, em SP.

Leia na Íntegra: <u>clique aqui</u>

PARA VER PREMIAÇÃO COMPLETA: clique aqui

<u>Voltar ao</u> menu